

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 2ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 12/12/08

Relação dos Membros dos Plenários - Presentes	
Entidade	Nome
4ª Cia Polícia Ambiental	André Luiz Pereira Leite Vianna
ABCON	Enio Antonio Campana
AEAA	Danilo José Fanelli Luchiar
APABARPA/GRUDE	Geraldo Baptista
ASSEMAE	Alexandre Peranovich
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Luiz Henrique Parodi
Associação Moradores Bairros Extrema/MG	Douglas Anselmi Ramanzini
Associação Serras Verdes	José Carlos Zambone
CETESB	Jorge Luis Silva Rocco
CIESP - DR Bragança Pta	Rolf Marcos Sitta
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP - DR Jundiá	Roberto Polga
CIESP - DR Limeira	Eduardo Lovo Paschoalotti
CIESP - DR Piracicaba	Sergio Ojima
CIESP - DR Sta B. d'Oeste	Sergio Ojima
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
COPASA-MG	Alexandre José Grego
DAE Americana	Claudio Rodrigues Amarante
DAEE	Luiz Roberto Moretti
	Patrícia G. de Aguiar Barufaldi
ELO Ambiental	Claudia Grabher
EMATER-MG	Hélio João de Farias Neto
FIESP	Anicia Aparecida Baptistello Pio
Fórum das Entidades Cívicas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari
Fundação Florestal	José Fernando Calistron Valle
IGAM-MG	Robson Rodrigues dos Santos
	Sergio Leal
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
P.M. de Americana	Claudio Rodrigues Amarante
P.M. de Atibaia	Carlos Roberto Belani Gravina
	José Roberto Tricoli
P.M. de Bragança Paulista	Joaquim Gilberto de Oliveira
P.M. de Camanducaia	Leticia Nunes Medeiros
P.M. de Campinas	Alair R. Godoy
	Maria Fernanda Chiochetti
P.M. de Campo Limpo Pta	Tássia Gaspar Temóteo
P.M. de Cordeirópolis	Luiz Carlos da Silva
P.M. de Cosmópolis	Celso Evangelista Martins
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
	Sebastião A. Camargo Rossi
P.M. de Hortolândia	Rubem Carvalho
P.M. de Indaiatuba	Danielle França Nery
P.M. de Ipeúna	Marcos Antonio Bueno
P.M. de Jaguariúna	Luciana Carla Ferreira de Souza
P.M. de Jarínú	Vanderlei Gerez Rodrigues
P.M. de Limeira	Dirceu Brasil Vieira
P.M. de Louveira	José Maria Drezza
P.M. de Mogi Mirim	Carlos Roberto Sandi
P.M. de Nova Odessa	Arlindo Donato dos Santos
P.M. de Rio das Pedras	Marco Antonio Montagnani
P.M. de Salto	Francisco Antonio Moschini
P.M. de Sta Bárbara d'Oeste	Célia Maria Campos de Moraes
P.M. de Socorro	Marcos José Lomonico
Piracicaba 2010	Paulo Afonso Aruda
PreservAÇÃO	José Marco Antonio Pareja Cobo
SAA	Emílio Sakai

SAAE Rio das Pedras	Daniel Gonçalves
Secretaria Assistência Social	Ana Maria L. da Silva Sampaio
SEMAD-MG	Paulo Teodoro de Carvalho
Sind. Rural de Campinas	Antonio Egídio Crestana
Sind. Rural de Jundiá	Wilson Agostinho Bonança
Sind. Rural de Limeira	João Aparecido Santarosa
Sind. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti
Sind. Rural Extrema	José Carlos Zambone
SinMec	José Maria do Couto
SMA	Jorge Luis Silva Rocco
	Márcia Calamari
SRH-MMA	Marco Antonio Mota Amorim
SSE	Luiz Roberto Moretti
	Leonildo Ednilson Urbano
VIVERE	João Roberto Miranda
Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
AEAP	Angelo Petto Netto
FEAM-MG	Carmen Lúcia Santos Silveira
P.M. de Piracicaba	Vlamiir Augusto Schiavuzzo
Secretaria da Fazenda	Alberto Penno Júnior
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
	Oswaldo F. Rosseto Junior
SRH-MMA	Márley Caetano de Mendonça
UNICA	André Elia Neto

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2008, nas dependências do Hotel Tauá Convention Atibaia, em Atibaia/SP, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 129 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme "Relação dos Membros dos Plenários Presentes" apresentada e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Fabiane Santiago (Prefeita eleita de Piracaia/SP); Eduardo Paschoalotti (Vice-presidente do CBH-PCJ e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Wilde Gontijo (ANA); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); José Roberto Tricoli (Prefeito de Atibaia/SP e Presidente dos Comitês PCJ); Sebastião Antonio Camargo Rossi (Prefeito de Extrema/MG e Presidente do CBH-PJ); Paulo Teodoro (SEMAD) e Francisco Lahóz (Coordenador-geral da Agência de Água PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. Moretti convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos os presentes para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, o Sr. Tricoli agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião com os informes. **2.1. Agência PCJ:** O Sr. Lahóz informou a todos a distribuição do jornal dos Comitês PCJ e detalhou o processo de inscrição de empreendimentos



Ata da 2ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 12/12/08

candidatos a tomadores de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, exercício 2009. Expôs a situação dos empreendimentos indicados com recursos da cobrança federal em 2008. Falou sobre estudos preliminares, jurídicos e técnicos, que venham a permitir a indicação de empreendimentos com valores acima dos recursos disponíveis, visando agilizar o processo de aplicação desses recursos. Apresentou relatório e folder relacionados aos trabalhos da Agência de Água PCJ.

35

40 **2.2. Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti informou sobre a última reunião do Conselho Estadual (SP) de Recursos Hídricos - CRH ocorrida em 10/12/2008 e detalhou as deliberações aprovadas. Falou sobre o início da cobrança paulista para o setor rural, que deverá ocorrer em 1º/01/2010 e da necessidade da sua regulamentação, informando foi criada uma Câmara Técnica, no âmbito do CRH, para discutir tal assunto. Informou sobre a previsão de início da cobrança no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e

45

50 Médio Tietê (CBH-SMT) em 2009. Comentou sobre o lançamento do livro sobre a bacia do Rio Corumbataí, no dia 10/12, em Piracicaba. Sobre a cobrança estadual paulista e sobre a emissão de um folder para todos os usuários que explica os procedimentos para essa cobrança no ano de 2009. Citou a cerimônia de assinatura do contrato para a elaboração do estudo para a definição de mananciais de abastecimento da macrometrópole paulista, realizada em São Paulo, no mês de novembro. **2.3. Presidência do CBH-PJ:** o Sr. Rossi informou sobre a visita do programa Globo Rural, no município de Extrema/MG, para realizar gravações para divulgar o programa Produtor de Água. Relatou a repercussão da reportagem, bem como as diversas reuniões com parlamentares e órgãos públicos federais para explicações mais detalhadas do trabalho. Entregou à mesa diretora uma cópia do DVD das filmagens. **2.4. Agência Nacional de Águas - ANA:** o Sr. Wilde comentou a participação dos representantes dos Comitês PCJ nos eventos promovidos pela ANA, divulgando os trabalhos feitos nas bacias PCJ. Falou que após longo trabalho de implantação do instrumento cobrança, o desafio agora é o de aplicar rapidamente os recursos arrecadados. Mencionou o apoio da ANA na proposta do Consórcio PCJ para indicar mais empreendimentos com valores que superem os recursos disponíveis para um mesmo ano. Destacou que a cobrança tem um conceito diferente de um imposto, portanto deve ser tratado de forma diferente. **2.5. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD (MG):** o Sr. Teodoro citou que o Comitê da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) também tem a mesma dificuldade na aplicação rápida dos recursos e coloca-se como parceiro para a solução do problema. Informou que será assinado um termo de cessão do

55

60

65

70

75

80

85

Instituto Estadual de Floresta – IEF (MG) com o Consórcio PCJ para a instalação do escritório regional do CBH-PJ na cidade de Camanducaia/MG e parabenizou a todos pelo trabalho realizado nas bacias PCJ. **2.6. Consórcio PCJ:** o Sr. Brochi justificou a ausência do

90 Prefeito Fumach, presidente do Consórcio PCJ, e informou da satisfação do Consórcio PCJ em estar atuando como entidade equiparada no CBH-PJ. **3. Assuntos a Deliberar – 3.1. Ata da reunião realizada no dia 18/09/08, na UNICAMP, em Campinas:** o Sr. Tricoli abriu para discussão a minuta da ata da reunião realizada no dia 18/09/08, no Auditório do Centro de Convenções da UNICAMP, em Campinas. Não havendo manifestação, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **3.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 012/2008, que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ, tomados por meio de Deliberações “Ad Referendum”:** O Sr. Moretti explicou que tratam-se das deliberações “ad referendum” dos Comitês PCJ nº 010/08 (“*Aprova Parecer Técnico sobre o Empreendimento “Plano Diretor de Dutos (PDD) do Estado de São Paulo – PETROBRAS”*”) e a nº 011/08 (“*Aprova o “Plano da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, para o período de 2008/2009 – Plano PJ 2008-2009”*”), cujos prazos para providências por parte dos Comitês PCJ não permitiriam aguardar esta reunião Plenária. O Sr. Tricoli abre a palavra para os membros dos Plenários e, não havendo manifestações, a minuta de deliberação é colocada em votação e aprovada por unanimidade, sem alterações. **3.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 013/2008, que “Aprova verba para atividades da Agência de Bacia do CBH-PJ, a ser repassada para o Consórcio PCJ”:** O Sr. Lahóz explica que a implantação de uma agência de bacia somente é permitida se houver sustentabilidade e por esse motivo, o Consórcio PCJ solicita o aporte inicial de R\$ 300 mil reais ao Consórcio PCJ para desenvolver atividades sob responsabilidade da entidade equiparada, para o CBH-PJ. O Sr. Brochi complementa informando que o Consórcio PCJ defendeu no CRH/MG o aporte dos recursos necessários, pelos Comitês PCJ, para a implantação da Agência PJ. O Sr. Moretti e o Sr. Wilde, sugerem o ajuste de alguns termos da minuta de deliberação apresentada, ressaltando que os recursos serão para investimentos diversos e não para custeio. O Sr. Tricoli coloca a minuta de deliberação em votação com os ajustes de textos sugeridas pelo Srs. Moretti e Wilde, sendo aprovada por unanimidade. **3.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 014/2008, que “Aprova a minuta do Contrato de Gestão a ser celebrado entre o Consórcio PCJ e o IGAM, com anuência dos Comitês PCJ, para o exercício das funções de Agência de Bacias do CBH-PJ”:** O Sr. Moretti fez breve explanação sobre o processo realizado para a aprovação do Consórcio PCJ como entidade equiparada à Agência de Bacia do CBH-PJ. Explicou que se trata de um contrato do Consórcio PCJ com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, similar ao contrato firmado entre a ANA e o Consórcio PCJ. Ressaltou que o assunto foi apreciado pela CT-PL, que entendeu que os Comitês PCJ seriam anuentes, mas, por deferência ao CBH-PJ, o representante para assinatura do contrato seria do Presidente do CBH-PJ. O Sr. Sérgio

100

105

110

115

120

125

130

135

140

145



Ata da 2ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 12/12/08

150 Leal complementou que o contrato em pauta é muito parecido com o contrato da ANA com o Consórcio PCJ até mesmo porque as metas colocadas no contrato federal foram definidas para a bacia como um todo. Destacou que esse é um grande passo para a implementação da cobrança na área do CBH-PJ. O Sr. Amorim questiona sobre a vigência do contrato. Após discussões, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade a vigência do contrato até 2011 com a supressão das metas para o ano de 2012. O Sr. Tricoli colocou a minuta de deliberação, com a alteração já aprovada, em votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 015/2008, que “Aprova a minuta do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão a ser celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA, os Comitês PCJ e o Consórcio PCJ”:** O Sr. Moretti explica a necessidade de renovação anual do contrato de gestão. O Sr. Gravina indagou sobre a necessidade de definição de uma data de vigência e o Sr. Moretti explica que a vigência consta no Contrato de Gestão, sendo dispensado o detalhamento nos termos aditivos. O Sr. Tricoli coloca a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada, sem alterações, com o registro de 1 (uma) abstenção. **3.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 016/2008, que “Aprova o “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2008-2011”:** O Sr. Moretti explicou que, pelas Deliberações do CRH nº 62/06 e nº 79/08, os comitês que tivessem planos de bacias aprovados até 2007, deveriam fazer uma atualização do seu conteúdo até 31/12/2008. Como o Plano das Bacias PCJ 2008-2020, em elaboração, necessitou de mais tempo para ampliar a discussão sobre a atualização do enquadramento dos cursos d’água superficiais e não pôde ser concluído na data imposta pelo CRH, os Comitês PCJ seriam penalizados com o desconto de 50% dos recursos do FEHIDRO, correspondentes a aproximadamente R\$ 2,5 milhões da verba a ser repassada pelo CRH no exercício de 2009. A Secretaria Executiva PCJ, juntamente com a Agência PCJ, optou, então, pela prorrogação do prazo para a conclusão do Plano de Bacias 2008-2020, para um melhor amadurecimento da questão do enquadramento, e a elaboração de uma atualização do Plano de Bacias 2004-2007, vigente, para o período 2008-2011, para atender à deliberação do CRH. Após a conclusão do Plano das Bacias 2008-2020, o presente plano, 2008-2011, a ser apresentado ao CRH deixará de ter validade, passando a vigorar o novo plano para o período 2008-2020. Assim, o que se está pedindo aprovação, agora, é desse plano 2008-2011. O Sr. Tricoli coloca a minuta de deliberação em votação e é aprovada com 1 (uma) abstenção. **3.7. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 017/2008, que “Aprova o “Relatório de Situação das Bacias PCJ, para o período de 2007”:** O Sr. Lahóz informa que o Relatório de Situação atendeu aos dispositivos legais do CRH, que exige a elaboração dos relatório com a

210 metodologia FMPEIR (Força Motriz-Pressão-Estado-Impacto-Resposta). Esclareceu que juntamente com a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, foram contratados 2 (dois) relatórios de situação: 1 (um) para atender ao CRH e outro para atender ao contrato de gestão. O Sr. Razera informou que a empresa que desenvolveu o trabalho é a Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais – CPTI, e que o relatório já foi encaminhado para o CRH. O Sr. Tricoli coloca a minuta de deliberação em votação, que é aprovada por unanimidade, sem alterações. **3.8. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 018/2008, que “Aprova pedidos de abatimento do Valor_{DBO} da ‘Cobrança Federal’ previsto na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”:** O Sr. Moretti explicou os procedimentos para que os serviços de abastecimento público municipais pudessem formalizar os pedidos de abatimento dos valores devidos da cobrança federal. Informou sobre os pareceres técnicos de nº 09 e 10 elaborados pela Agência de Água PCJ, que aprovam a viabilidade dos abatimentos solicitados pelo SEMAE/Piracicaba e pela SANASA/Campinas. O Sr. Tricoli colocou a minuta de deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade, sem alterações. **3.9. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 019/2008 que “Aprova procedimentos para implementação do mecanismo diferenciado de pagamento do “Valor_{Rural}” previsto na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”:** O Sr. Moretti explicou que, assim como para o setor de abastecimento público municipal, o setor rural também tem o direito de solicitar o abatimento do valor devido pela cobrança pelo uso da água “federal”. Como até então não havia nenhuma solicitação, a regra não existia. Com a solicitação de abatimento da ESALQ/USP, foram propostas regras, juntamente com a CT-Rural, para atender à solicitação. Explicou, ainda, que as regras são parecidas com as definidas para o setor de abastecimento público. O Sr. Tricoli colocou a minuta de deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade, sem alterações. **3.10. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 020/2008, que “Autoriza repasse de recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo para cobertura de custos operacionais da cobrança - exercício de 2009”:** O Sr. Moretti explicou que, como nos anos anteriores, os gastos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE para cobertura de custos operacionais da cobrança paulista (pagamento ao Banco Nossa Caixa pela emissão e cobrança dos boletos e a postagem dos boletos e correspondências pela Secretaria Executiva, dentre outras) são cobertos com os recursos da própria cobrança. Citou que, segundo as estimativas, o valor previsto dos gastos mencionados, em 2009, é de R\$ 100



Ata da 2ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 12/12/08

mil. O Sr. Tricoli colocou a minuta de deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade, sem alterações. **3.11. Encaminhamentos do GT-Agência:** o Sr. Moretti iniciou sua fala lembrando a manifestação do Consórcio PCJ, ocorrida em agosto deste ano, no sentido de se colocar à disposição para a busca de uma solução para uma Agência de Bacias PCJ que possa utilizar-se de recursos das cobranças PCJ (federal e estaduais) podendo, se for interesse dos Comitês PCJ, desincumbir-se das funções de entidade delegatária das funções de agência de água federal, em favor dessa nova entidade. Com o posicionamento do Consórcio PCJ, os Plenários deram aval para o GT-Agência, da CT-PL, retomar os trabalhos, visando à definição de uma nova entidade para exercer as funções de Agência de Bacias. Explicou que o GT-Agência retomou os trabalhos com o apoio da Dra. Maria Luiza Granziera, buscando uma solução definitiva para a questão. Como consequência dos trabalhos, o GT-Agência optou por criar 2 (dois) subgrupos de trabalho, coordenados pelo Sr. Moretti e pelo Sr. Wilde, que trabalhariam nas propostas de constituição de uma Fundação Agência de Bacias e de um Consórcio Público, respectivamente. O Sr. Wilde, tomando a palavra, explicou que o consórcio público, que é uma figura inédita envolvendo a União e os estados, está embasado na Lei nº 11.107/2005 e tem as seguintes premissas: 1) o conselho administrativo será indicado pelos Comitês PCJ; 2) a direção do consórcio também será uma indicação dos Comitês; 3) o consórcio atenderá às 3 legislações (federal, mineira e paulista); 4) o consórcio (ou agência) pensaria na bacia como um todo, podendo arrecadar recursos financeiros da união, Minas Gerais e São Paulo, tendo, ainda, autonomia na arrecadação. Destacou que o consórcio público poderá arrecadar a cobrança federal, fato não possível pela fundação. O Sr. Moretti explicou que o subgrupo da Fundação também já havia se reunido e que já tinha pareceres da Secretaria do Meio Ambiente - SMA sobre o assunto. Detalhou que no caso da constituição da Fundação, será permitido o aproveitamento do quadro de funcionários da atual entidade delegatária (Consórcio PCJ). Explicou que faltavam poucas contribuições para a minuta de estatuto da fundação e alguns ajustes na minuta de lei de adesão dos municípios à fundação, visando atender à Lei paulista nº 10.020/98. Sobre o patrimônio inicial, já houve contatos com a promotoria pública sobre sua constituição, que poderá ser a doação, de qualquer entidade/pessoa, com valor apenas simbólico. Destacou que para a constituição da fundação, hoje, seria necessário apenas a adesão dos municípios e que não há necessidade de doações dos municípios. O Sr. Geraldinho questionou sobre a necessidade de se ter uma sede para a constituição da fundação. O Sr. Moretti esclareceu que não há esta exigência na lei e que a exigência é de se ter um patrimônio inicial, que pode ser conforme já explicado. Também esclareceu que a proposta constante na minuta de estatuto da fundação a sede será em Piracicaba. O Sr. Moschini lembrou que a Fundação Agência de Bacia do

Sorocaba e Médio Tietê começou da mesma forma que foi exposto. O Sr. Tricoli ressaltou as discussões e a proposta feita pela CT-PL, em sua última reunião, em Vargem/SP, a qual indica como adequada a imediata criação da fundação para que se possa no curto prazo utilizar-se dos até 10% da cobrança paulista para estruturação e reforço das equipes e infra-estrutura do apoio aos trabalhos dos Comitês PCJ. Com isso pode-se discutir com calma e esperar, se assim for entendido na região, as leis necessárias para se constituir um consórcio público. O Sr. Paschoalotti ressaltou o tempo que os Comitês PCJ têm dedicado à discussão sobre a fundação e que a prioridade, a melhor opção, hoje, deve ser a constituição dessa entidade para a utilização dos recursos estaduais disponíveis, mas que se continue estudando outras formas jurídicas para permitir, num futuro próximo, integrar as cobranças estaduais paulista e mineira e federal. O Sr. Wilde complementa sua fala ressaltando que a ANA vai aprender muito com a experiência do PCJ. Ressalta que o PCJ deve trabalhar as duas alternativas e lembra a necessidade de se ter uma outra entidade, fundação ou consórcio público, para dar continuidade no trabalho do Consórcio PCJ quando este deixar de ser a entidade delegatária e não puder mais receber os repasses financeiros da cobrança federal. Explica que a constituição de um consórcio público não altera nenhuma lei federal ou estadual, apenas necessita de uma nova lei, que é uma ratificação que cria uma autarquia, vinculada aos 3 entes federados. O Sr. Moretti informou que na última reunião da CT-PL decidiu-se por solicitar aos Plenários PCJ aval para que se possa encaminhar aos municípios minuta de lei municipal de adesão à fundação e que, quando houver a adesão de 35% dos municípios com 50% da população das bacias, possa ser iniciado o processo de constituição e registro da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Paschoalotti lembrou que já existe uma "autorização" do estado, pois na Lei 10.020/98 já foi aprovada a implantação da Fundação Agência das Bacias PCJ, autorizando o estado a desenvolver as ações necessárias. O Sr. Moretti lembra que não se faz necessária uma deliberação para iniciar o processo porque já consta em lei e em deliberação CBH-PCJ de 1993, sendo que a fundação só não foi implantada até agora porque não havia a cobrança paulista, fato hoje concreto. Após os debates, o Sr. Tricoli propôs a manifestação de apoio ao prosseguimento dos trabalhos de efetiva implantação da fundação, com a consequente autorização para o envio das minutas de Projeto de Lei aos municípios, para adesão dos mesmos, conforme previsto na Lei nº 10.020/98. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. O Sr. Tricoli continuou, propondo que esta solução, pela fundação, será considerada provisória, até que se defina uma figura jurídica, que pode ser o consórcio público, que unifique procedimentos envolvendo as legislações dos dois estados e da União. Também propôs que seja solicitado ao GT-Agência que continue avançando nos estudos do consórcio público, sendo as propostas aprovadas por



Ata da 2ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 12/12/08

385 unanimidade. O Sr. Moretti complementou que os
próximos passos são a aprovação do estatuto, da forma
de avaliação dos membros do conselho, da indicação do
diretor-presidente, dentre outros, que deverão passar
pela apreciação da CT-PL e dos Plenários. O Sr. Tricoli
390 solicita o empenho dos representantes dos municípios
quando os prefeitos receberem a minuta de lei de adesão
à Fundação que será encaminhada pela Secretaria
executiva dos Comitês PCJ. **3.12. Minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 021/2008, que**
395 **“Estabelece mecanismos e valores para a cobrança
pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado
de Minas Gerais na bacia hidrográfica dos rios
Piracicaba e Jaguari e dá outras providências”**: O Sr.
Moretti explicou que o assunto foi debatido no âmbito
400 do GT-Cobrança, juntamente com os representantes do
estado de Minas Gerais, da CT-PL, da Secretaria
Executiva, da Agência de Água PCJ e do Consórcio
PCJ. Destacou que a mobilidade da legislação mineira
permitiu que a proposta apresentada fosse muito
405 parecida, inclusive os valores, com a cobrança federal.
Ressaltou que a proposta apresentada é similar à da
cobrança federal, com a adição da cobrança das águas
subterrâneas. O Sr. Sérgio Leal complementa que a
deliberação foi feita o mais parecido possível com a da
410 cobrança federal para que a bacia fosse considerada
como um todo, independente do usuário estar em Minas
Gerais ou em São Paulo. Terminado o debate, o Sr.
Rossi colocou a minuta de deliberação em votação, que
foi aprovada por unanimidade, sem alterações. Nesse
415 momento o Sr. Sebastião Rossi, Prefeito de
Extrema/MG e Presidente do CBH-PJ, com a
necessidade de se ausentar, agradeceu o apoio de todos,
em especial ao Sr. Tricoli e ressaltou o aprendizado que
teve durante os trabalhos como 2º Vice-presidente do
420 PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ. Desejou um
bom ano de 2009 a todos, parabenizou o Sr. Tricoli e
desejou sucesso ao Sr. Paschoalotti. O Sr. Paulo
Teodoro, em nome do governo de Minas Gerais,
destacou a importância da deliberação sobre a cobrança
425 no CBH-PJ, o que definitivamente inicia a cobrança
naquele estado. Ressalta a importância da porção
mineira nos Comitês PCJ apesar da pequena proporção
da área. Falou dos esforços e da importância de vários
atores do PCJ no início da cobrança no estado mineiro.
430 Ressaltou a importância do Sr. Sebastião Rossi no
processo de implantação dos instrumentos de gestão no
PJ, que juntamente com os demais membros dos
Comitês PCJ, teve êxito no trabalho e finalizou
parabenizando o Sr. Sebastião e demais pessoas que
435 trabalharam nesse processo. O Sr. Tricoli, em nome dos
membros dos Comitês PCJ, agradeceu o empenho do Sr.
Sebastião e parabenizou-o pelo excelente e reconhecido
trabalho com o Programa Produtor de Água, ressaltando
que ele agiu como os prefeitos devem agir, ou seja,
440 como político esteve sempre presente nas decisões dos
Comitês PCJ. Finalizou sua fala cumprimentando o
pioneirismo do município Extrema no Programa
Produtor de Água, declarando que espera que ele se

espalhe por toda região das bacias PCJ. **3.13. Minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 022/2008, que**
445 **“Aprova proposta orçamentária anual da “Agência de
Água PCJ” – exercício 2009”**: O Sr. Razera detalhou o
orçamento da Agência de Água PCJ em relação às
receitas e às despesas, explicando quadro demonstrativo
450 disponibilizado no material da reunião. O valor previsto
para 2009 será de R\$ 1.538.750,00 (um milhão e
quinhentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta
reais). O Sr. Tricoli colocou a minuta de deliberação em
discussão e, não havendo nenhuma manifestação, foi
455 colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade,
sem alterações. **3.14. Minuta de Deliberação dos
Comitês PCJ nº 023/2008, que “Aprova limites de
remuneração dos membros da estrutura diretiva da
“Agência de Água PCJ” – exercício 2009”**: O Sr.
460 Lahóz informou que no início dos trabalhos do
Consórcio PCJ como entidade delegatária, foram
designados alguns funcionários para a coordenação da
Agência PCJ. Como o teto salarial estabelecido pelos
Comitês PCJ era inferior ao salário destes funcionários,
465 o Consórcio PCJ optou por complementar os salários
destes funcionários. Portanto, a solicitação de aumento
dos salários pleiteada objetiva compatibilizar ao
máximo o valor pago pela Agência com os salários
recebidos por estes funcionários no Consórcio. O Sr.
470 Razera explicou que os valores propostos são os limites
máximos que, se aprovados pelos Plenários, ainda
passarão pela análise da diretoria do Consórcio PCJ. O
Sr. Pareja solicitou o apoio de todos e destaca a
necessidade de novas contratações nos órgãos públicos
475 que atuam na área de meio ambiente para dar
continuidade dos atuais profissionais que estão prestes a
se afastarem por tempo de serviços prestados. O Sr.
Lahóz destacou que o Consórcio PCJ e a Agência PCJ
já executam esse trabalho de formar novos profissionais
480 na área de meio ambiente e citou, como exemplo, atuais
funcionários da Agência e Consórcio PCJ. O Sr. Moretti
explicou que o DAEE e a SMA procederam a
concursos públicos recentemente, dos quais o DAEE já
incorporou novos funcionários ao seu quadro e
485 provavelmente, em breve, a Secretaria Executiva estará
recebendo novos funcionários também. Não havendo
mais manifestações, o Sr. Tricoli colocou a minuta de
deliberação em votação, que foi aprovada por
unanimidade, sem alterações. **4. Encerramento**: O Sr.
490 Paschoalotti iniciou a sessão de encerramento
informando a todos que esta era a última reunião
conduzida pelo Sr. Tricoli nesta gestão e agradece a
todo apoio recebido dele e da equipe da Prefeitura de
Atibaia. Destaca que o trabalho realizado nestes 4
495 últimos anos foi imprescindível para muitos avanços
conquistados pelos Comitês PCJ, dentre os quais
destaca a integração dos Comitês PCJ, ressaltando que
os Comitês PCJ encontram-se numa posição de
destaque nacional graças aos trabalhos de vários
500 membros, em especial, do Prefeito Tricoli e concluiu
agradecendo, em nome dos membros dos Comitês PCJ,
a dedicação e o trabalho realizado. O Sr. Paulo Teodoro,



Ata da 2ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 12/12/08

em nome do governo de Minas Gerais, agradeceu todo empenho do Sr. Tricoli nas questões hídricas. O Sr. Brochi também agradeceu o empenho do Sr. Tricoli, lembrando que desde que era vereador em Atibaia, já atuava no Consórcio PCJ em favor da questão hídrica, trabalho este que foi intensificado durante seus 8 anos como Prefeito de Atibaia e 4 anos como Presidente dos Comitês PCJ. Parabenizou a todos pelo dia do voluntariado (05/12), lembrando que, mesmo indiretamente, os membros dos Comitês são voluntários a favor das melhorias das águas. O Sr. Lahóz agradeceu o Sr. Tricoli lembrando que ele inseriu os Comitês PCJ no cenário internacional, participando de entidades, congressos, seminários etc. Lembrou que o Plano de Bacias em andamento está sendo muito aguardado pelas

novidades que serão apresentadas, inclusive pelos organismos franceses de gerenciamento de recursos hídricos. Destacou que o empenho ao longo desses anos não era surpresa, pois o Sr. Tricoli sempre atuou nas fileiras dos ambientalistas, sempre defendendo o meio ambiente. O Sr. Tricoli destacou que a presidência dos Comitês PCJ não seria nenhum desafio, pois já conhecia a capacidade e o comprometimento das pessoas envolvidas, o que facilitaria muito o trabalho. Destacou que todo trabalho realizado foi no sentido de ter o reconhecimento do conjunto e não apenas de uma liderança política. Concluiu agradecendo o apoio de todos e parabenizando a todos pelo trabalho realizado e deu por encerrada a reunião.

SEBASTIÃO ANTONIO CAMARGO ROSSI
Presidente do CBH-PJ e
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRICOLI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL